

Relações comerciais e políticas entre Brasil e Angola: uma possibilidade em *Luanda, Beira, Bahia* de Adonias Filho

Luiza Nascimento dos Reis¹

Resumo: No romance *Luanda, Beira, Bahia*, de Adonias Filho, publicado em 1971, estão representadas intensas relações comerciais entre o Brasil e os países da África de colonização portuguesa como Angola, Moçambique e São Tomé. Isto de maneira ilícita – através do tráfico de diamantes – como também de maneira lícita – através da exportação de outros produtos. Relações que remontam àquelas estabelecidas historicamente durante o comércio de africanos escravizados entre os séculos XVI e XIX e indicadoras de relações que novamente deveriam se intensificar durante as décadas que se seguiam à publicação do romance, de acordo com a “política africana” que o Brasil estava a desenvolver e que envolveu uma ofensiva política, diplomática e cultural para com diversos países africanos. Angola, que tem relações privilegiadas com o Brasil na narrativa ficcional, ocupava papel central nesta política externa brasileira.

Palavras-chave: História; Literatura; Política Externa Brasileira; Relações Brasil-Angola.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Departamento de Ciências da Educação (DCIE), Membro do Projeto Senzala Grande-Casa Quilombo, vinculado ao Núcleo Artístico da Universidade (NAU) e Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) UESC. Endereço eletrônico: milajbv@yahoo.com.br.

Em 1971, Adonias Aguiar Filho, romancista do sul da Bahia, publica *Luanda, Beira, Bahia* (FILHO, 1975), obra que pode constituir-se numa fonte para a compreensão das relações entre Brasil e Angola, a partir de uma leitura histórica. Navegando pelo Atlântico adoniano, ora na Bahia, ora em Luanda, tomamos conhecimento da história de amor entre Caúla, o jovem marinheiro brasileiro, e Iuta, sua irmã angolana. Ambos são filhos do Sardento João Joanes, marinheiro brasileiro que morou em Angola, lá assumindo a identidade de Vicar, depois de ser envolvido no porto de Salvador num esquema internacional de tráfico de pedras de diamantes brasileiras e angolanas.

[...] o bando é organizado que chega a Angola [...] do outro lado do mundo. Marinheiros de navios brasileiros e portugueses armam os contatos nesse negócio sujo com uma só quadrilha movendo as pedras entre Bahia e Luanda. Os diamantes das lavras são iguais aos de Luanda. Você, Conceição de Carmo, já ouviu falar de Luanda? (FILHO, 1975, p. 76).

É o envolvimento de Sardento nesta grande organização para o tráfico que possibilita o desenrolar de toda a trama romanesca. Quando embarcava em Salvador para uma viagem internacional, a polícia descobriu pedras, que ele desconhecia, em sua bagagem. Ao conseguir escapar do cerco, passou a fugir tanto da polícia quanto dos contrabandistas. Foi em Luanda seu primeiro refúgio, onde nasceu a filha Iuta. Tomamos dimensão do esquema ilegal quando sabemos da articulação da quadrilha para eliminar os envolvidos fugitivos:

Era lá, em Luanda, que sangrávamos condenados

daqui e aqui na Bahia, sangravam os condenados de lá [...] Tudo muito bem arranjado, sumindo no mar os condenados, as sentenças executadas com perfeição. E se o corpo fosse apanhado pela polícia, lá ou aqui, quem o identificaria? Como identifica-lo? (FILHO, 1975, p. 77).

Se eram os marinheiros que armavam os negócios do tráfico, pressupõe-se que deveria haver uma intensa atividade comercial marítima entre ambos os países para permitir comunicação tão rápida como a que percebemos na situação vivida por Sardento. Após escapar da polícia no porto, fica escondido em Salvador. O tempo transcorrido entre o momento em que ele se esconde na Bahia e o momento em que embarca para Luanda pensando ser sua escapatória - na verdade uma cilada dos traficantes para matá-lo - é relativamente curto, questão de dias, nas palavras de Adonias Filho.

Desde o século XVI, o oceano Atlântico concentrou as trocas comerciais referentes ao império português, assumindo grande papel econômico. José Honório Rodrigues afirma que embora fossem Angola e Brasil colônias da metrópole portuguesa, nos séculos XVII e XVIII, a colônia africana submetia-se aos interesses da colônia brasileira, chegando o autor a considerá-la dependente do Brasil. Como Angola estava submetida aos interesses da metrópole e esta por sua vez concentrava seus esforços no Brasil, “Angola subordinava-se totalmente aos interesses escravagistas do Brasil [...] sendo durante os séculos dezessete e dezoito uma província portuguesa do Brasil” (RODRIGUES, 1961, p. 17-24).

Os africanos escravizados constituíram o principal

produto de comercialização entre os dois países. Isso não excluiu o intercâmbio de outros produtos, culturas e ideias, o que movimentou intensamente o Atlântico Sul entre os séculos XVII, XVIII e a primeira metade do século XIX. Esse processo é oficialmente cessado a partir de 1850 (a partir da lei de supressão do tráfico de africanos), situação esta que perdura durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. Podemos, deste modo, questionar o que intencionava Adonias Filho ao sugerir, em Luanda, Beira, Bahia, essa intensa relação comercial entre Brasil e Angola na primeira metade do século XX, temporalidade a que nos remete a narrativa, quando a historiografia praticamente não se referia a este comércio.

Angola, durante o início do século XX, era ainda uma colônia portuguesa, a mais rica das colônias mantidas na África. Em sua economia sobressaíam-se riquezas minerais, principalmente diamantes, extraídos por empresas estrangeiras. O comércio colonial angolano de produtos primários era restrito à metrópole portuguesa, assim como acontecia com Moçambique e São Tomé. Estas terras africanas não eram destino para os produtos brasileiros de exportação em larga escala, ao contrário disto, estas terras eram encaradas como concorrentes, já que produziam os mesmos produtos com menor custo. No romance, a ênfase das relações comerciais entre as duas margens do Atlântico Sul está num esquema para o tráfico de diamantes, mas essa movimentação de marinheiros pelo Atlântico direciona para a suposta existência de um comércio legal.

Para uma melhor percepção desta questão em torno das relações comerciais sugeridas no romance entre o Brasil e as colônias portuguesas na África, vamos sistematizar as viagens internacionais que aparecem na narrativa:

1º Viagem (do envolvimento involuntário de Sardento com o tráfico em Salvador).

Rota: Salvador, Bahia - Nova York

Produto: cacau “vindo de Ilhéus”

Nacionalidade da embarcação: não especificada

2º viagem (da fuga de Sardento para a África)

Rota: Bahia - Luanda com escala em São Tomé para descarga

Produto: não especificado

Nacionalidade da embarcação: Portuguesa

3º viagem (primeira e única viagem de Caúla como marinheiro para a África).

Rota: Bahia-Beira para descarga/ Beira-Luanda para recarga/ Luanda-Bahia para retorno

Produto: não especificado

Nacionalidade: Portuguesa

O navio da primeira viagem não segue para a África, mas para a América do Norte. Embora em nenhum momento a procedência do navio seja revelada, temos conhecimento de que é a personagem Paulo Nuno, agente do tráfico na Bahia, de provável naturalidade ou ascendência lusa, que recruta Sardento para seguir na viagem como marinheiro. Se Paulo Nuno tinha essa autonomia ou responsabilidade para recrutar trabalhadores para o navio, existia uma possível relação entre ele e os donos da embarcação. É possível que esta embarcação não fosse brasileira. Como Adonias Filho informa serem “marinheiros de navios brasileiros e portugueses” quem armavam os negócios do tráfico, podemos, portanto, considerar que o navio desta

primeira viagem, mesmo não sendo nacional, constituía a parte brasileira do tráfico. Era nela que Sardento iria seguir, que pedras brasileiras seriam escoadas.

No que diz respeito à segunda e terceira viagens, foram feitas por navios portugueses. Na viagem que leva Sardento a Angola, a presença lusa é evidenciada com a descrição da bandeira portuguesa hasteada e ao comparar seu comandante, Lopo Quintas, a um capitão de caravela. Este cargueiro faz escala em São Tomé para descarga de algum produto. Desta situação podemos levantar a hipótese de que da Bahia seria exportado algum produto ou produtos para a ilha, e como não se fala em recarga, estes mesmos produtos seriam levados para Luanda, o destino da embarcação.

A terceira viagem, primeira de Caúla num grande cargueiro para o exterior, também é para a África. “Navegantes portugueses que conduziam o navio da Bahia à Luanda e Beira” (ADONIAS FILHO, 1975, p. 102). Tal embarcação segue primeiramente para Beira onde deixa todo o seu carregamento e na sequência vai para Luanda, provavelmente para ser carregado novamente. “– Estamos indo direto – Rosário explicou [a Caúla] – porque nosso carregamento é todo para Beira. Na volta, sim, você passará em Luanda” (ADONIAS FILHO, 1975, p. 105).

Em momento algum ficamos sabendo quais produtos eram transportados, se havia outras embarcações com o de mesmo destino, e como se articulava melhor o tráfico e trânsito da quadrilha. A partir da observação da presença portuguesa em posto de comando das embarcações que seguem para a África, na segunda e terceira viagens, e a ligação que Paulo Nuno tem com a primeira viagem, podemos entender, deste modo, que eram os portugueses

no romance que comandavam o comércio entre Brasil e a África portuguesa bem como o tráfico de diamantes.

A grande influência portuguesa na formação brasileira, assim como na formação de nações africanas é continuamente ressaltada ao longo do romance. Seja ao evidenciar as qualidades das personagens portuguesas, na presença de localidades que levam nomes que remetem à colonização portuguesa e finalmente no demonstrativo de desenvolvimento e modernidade que as cidades litorâneas têm em decorrência da colonização que sofreram. Toda essa tradição e influência portuguesa percebidas em *Luanda, Beira, Bahia*, especialmente no Brasil e em Angola, e mais em Moçambique e São Tomé, como também as evidências do comando do comércio legal e do tráfico serem feitos por portugueses, nos remonta a situação na qual Brasil e Angola eram submetidos aos portugueses enquanto colônias.

Porém, mesmo sob a articulação portuguesa no romance, Brasil e Angola não estão na mesma situação de sujeição. É do Brasil que sai o cacau para Nova York e saem produtos para São Tomé, Luanda e para Beira. O Brasil encontra-se na posição de exportador. Já Angola, Beira e São Tomé encontram-se na posição de importadores.

Com relação ao tráfico só o conhecemos a partir da situação vivida por Sardento e com o desenrolar da narrativa, que se dá em torno dele. Não sabemos como se dava essa articulação do tráfico em Luanda, como as pedras eram escoadas. A escassez de informações, demonstrando como seria o reverso do processo em Angola, e o fato de as duas viagens feitas para lá serem intermediadas por portugueses denunciam sua falta de autonomia, seu status de colônia.

A escolha do tráfico, pelo autor, para mostrar a intensa relação entre as terras do Atlântico Sul também pode ser bastante reveladora. A grande ligação de séculos que se fez entre Brasil e Angola deu-se mediante o comércio de africanos. Quando acontece a proibição deste comércio a partir da lei de supressão de 7 de novembro de 1831, ele continua acontecendo, porém de maneira ilegal. O tráfico, portanto, foi uma prática bastante desenvolvida entre brasileiros e diferentes nações africanas, o que possibilitou a manutenção das intensas relações comerciais entre as partes.

Se no século XIX esta “associação” girava em torno do escravo como principal produto, no século XX, na criação de Adonias Filho, os diamantes assumem a primazia por se constituírem, desta vez, o produto mais importante. Em Angola sabemos que ele era o principal produto econômico. Já no Brasil, especificamente na Bahia, a produção diamantífera tivera seu auge na primeira metade do século XIX, sendo inclusive prejudicada pela dedicação maior ao tráfico dos escravos.

A narrativa adoniana, que refaz grandes ligações entre brasileiros e angolanos, é bastante revelador de um passado de intensa movimentação comercial no Atlântico Sul entre os séculos XVI a XIX. No romance, relações comerciais aconteceram na primeira metade do século XX, época em que não constam ligações oficiais entre tais partes. Podemos definir o tempo da narrativa de acordo com algumas informações imprecisas que o autor fornece, como acontecendo entre as décadas de 1920 e 1930,² num espaço

² Esse período é estipulado a partir da indicação no romance do uso do porto na foz do rio Cachoeira, e da existência, em Ilhéus, do prédio dos Correios, da estrada de ferro e da prisão.

de tempo de aproximadamente 20 anos. O intercâmbio entre Brasil e África, que nunca cessou em LBB, acontecendo durante o século XX, pode ser visto como uma tentativa do autor de trazer à tona este passado de relações, porém numa perspectiva de um passado próximo, que chega ao tempo presente. Construindo íntimas relações comerciais entre Brasil e Angola, Adonias Filho trabalha para trazer à memória, à época da publicação do romance (1971), grandes ligações que existiram, e pelo contexto da época, necessitavam ser continuadas. Toda esta reconstrução das relações comerciais entre o Brasil e os países africanos verificadas em LBB, podem ser melhor analisadas considerando as relações políticas existentes entre ambas as partes nas décadas de 1960 e 1970, época de sua publicação.

Relações políticas e discurso culturalista

Publicado em 1971, *Luanda, Beira, Bahia* chega ao público num momento especial das relações entre Brasil e África. Ligações estabelecidas e insinuadas na ficção adoniana entre Bahia e Luanda podem ser representativas de um processo de aproximação mais amplo, empreendido pelo Brasil para com as jovens nações independentes africanas ou em processo de emancipação política, como no caso de Angola e Moçambique, visando uma subsequente aproximação comercial. Deste modo, a publicação do romance também pode ser considerada como participante deste processo.

Os olhos do governo brasileiro começa a voltar-se para o continente africano por volta da década de 1930, quando o Brasil se apercebe da concorrência africana aos seus produtos e há a tentativa de expandir nossa produção a

novos mercados. O desejo de reaproximar-se oficialmente da África começa a tomar corpo no rápido governo de Jânio Quadros (1961).³ Entendendo que o Brasil deveria construir uma política externa independente, onde os países africanos entrariam como cooperadores, Quadros empreendeu uma série de ações para aproximar-se politicamente de países da África Atlântica. Cria então a Divisão da África no Itamaraty. Naquele ano várias embaixadas e consulados são estabelecidos em diversos países (SOMBRA SARAIVA, 1996, p. 60, 67). Em relação ao Grupo de Trabalho também criado naquele momento, destaca José Flávio Sombra Saraiva que:

Várias sugestões foram apresentadas pelo Grupo de Trabalho do Itamaraty. A mais interessante delas foi a de que a chancelaria deveria evitar toda e qualquer tendência em direção a atitudes “partidárias” nos assuntos domésticos africanos. A aproximação ao continente deveria ser pautada pelo exame de todas as oportunidades comerciais que emergiam do contexto das independências africanas (SOMBRA SARAIVA, 1996, p. 65).

Durante o governo de João Goulart houve uma continuidade das diretrizes da política externa brasileira para a África. Embora observadas discontinuidades - grande troca de ministros - e limites - a exemplo das dificuldades materiais nas embaixadas - houve desenvolvimento nas relações bilaterais.

³ Mesmo com uma curta duração (de 1º de fevereiro a 25 de agosto de 1961), o governo de Jânio Quadros empreendeu uma série de medidas significativas para o restabelecimento de ligações entre o Brasil e o continente africano.

Com relação à colônia portuguesa Angola, durante esta ofensiva africana, o Brasil apresentou posições contraditórias. A guerra pela independência, lá iniciada em 1961, teve repercussões internacionais e muitos países independentes posicionaram-se contra os portugueses. O Brasil afirmava continuar a lutar contra o colonialismo, o racismo e afirmava o direito à autodeterminação dos povos,⁴ mas reconhecia ter “obrigações internacionais” para com os portugueses, chegando a abster-se de votar contra os mesmos em reuniões das Nações Unidas. Esta política, chamada de “duas faces” pelo então deputado Sérgio Magalhães (SOMBRA SARAIVA, 1996, p. 80), resultava de pressões dos grupos contrários e favoráveis a esta política externa independente e também da diplomacia portuguesa assegurada pelo Tratado de Consulta e Amizade, entre brasileiros e portugueses, assinado em 1953.⁵ Havia ainda a preocupação dos brasileiros em manter os valores portugueses nas colônias africanas para deste modo manter um elo com elas.

Para esta aproximação entre o Brasil e os países do continente africano, além das ações práticas empreendidas pelo presidente Quadros, foi utilizado um discurso construído com base em aproximações culturais entre os povos daqui e os de lá. Na década de 1960, a identidade cultural que nos ligava tão estreitamente a povos africanos foi usada para justificar a política africana desenvolvida pelo governo brasileiro. Essa africanidade no Brasil foi “demonstrada” através de ações práticas como a nomeação

⁴ Preceito estabelecido na Conferência de Bandung (1955) da qual o Brasil não participou.

⁵ Este tratado estabelecia consulta mútua entre os dois países nas matérias internacionais. Deste modo o Brasil subordinava a Portugal seus interesses sobre as colônias portuguesas na África.

do primeiro embaixador negro, Raymundo Souza Dantas, para um país africano, e a visita ao Brasil de Romana Conceição, uma alforriada brasileira que retornara a Lagos em 1900 e a convite do governo esteve no Brasil em 1963. Esse discurso, apoiado na tese da democracia racial brasileira, procurava apresentar o Brasil ao “mundo africano como um exemplo de moderna civilização tropical”. Em meio à desconfiança de alguns funcionários africanos e a corroboração de outros, essa política cultural apresentara suas contradições diante da discriminação sofrida por estudantes africanos e o desconhecimento acadêmico brasileiro no que dizia respeito às realidades africanas (SOMBRA SARAIVA, 1996, p. 45 - 89).

Intelectuais brasileiros participaram da construção desse discurso. Entre eles destacou-se José Honório Rodrigues que publicou, em 1961, o clássico *Brasil e África: outro horizonte* e anunciava, na introdução, do seu livro “tenta(va) fornecer os fundamentos para uma ação atual” (RODRIGUES, 1961, p. XII). O qual pretendia evidenciar dentre outros que o processo histórico brasileiro resultou na “mais perfeita forma existente de convivência racial” (RODRIGUES, 1961, p. XIV), e que

Nosso anticolonialismo deve ser coerente e defender a independência de Angola, pois de outro modo comprometeríamos o nosso destino político internacional diante de todas as nações africanas, com as quais teremos de manter no futuro século de cooperação e entendimento indispensáveis (RODRIGUES, 1961, p. XII - XIV).

Esta “ação atual” seria o estabelecimento de ligações políticas e comerciais com as nações africanas sem a

dependência ou intermediação dos portugueses. No entanto, o desenvolvimento da política pelo estado brasileiro, até meados dos anos 1970, esteve mais para a criação de uma comunidade “afro-luso-brasileira”⁶ do que para afrobrasileira, pois, embora a política africana no Brasil tivesse seus avanços nesse período, a política em favor de Portugal também acontecia. A questão citada, de Angola, tornava-se crucial, pois lutar contra o colonialismo e apoiar Portugal era contraditório e tomar a atitude de defender a independência angolana era assumir uma postura que colocava os portugueses em segundo plano.

Adonias Filho pode ser inserido como colaborador na produção desse discurso culturalista “pró-África”, iniciado com a ofensiva brasileira em 1961. A publicação de *Luanda, Beira, Bahia*, em 1971, traz evidências desse momento singular vivido pelo Brasil. Seu texto é uma louvação aos laços culturais entre brasileiros, africanos e portugueses. No romance, há grande valorização das populações negras, tanto da Bahia, quanto de Angola, mas inseridas numa hierarquia onde os africanos dariam uma contribuição menor à sociedade que os portugueses, consoante as ideias defendidas por Gilberto Freire. A África surge como o grande continente que é civilizado pelos portugueses e que também civiliza o Brasil na medida em que deixa legado de suas culturas. *Luanda, Beira, Bahia* pode ser considerado como um instrumento disseminador de discurso culturalista de valorização da identidade cultural entre brasileiros e angolanos desenvolvido nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil pelo governo e por intelectuais.

⁶ Termo cunhado por Sombra Saraiva.

Referências

FILHO, Adonias. **Luanda, Beira, Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro, Record, 2001

RODRIGUES, José Honório Rodrigues. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)**. Editora da Universidade de Brasília, 1996.